



jurisNews

Sua curadoria
de conteúdos
jurídicos.



projuris

Olá, tudo bem? 🙌.

Sabadou por aí? Talvez você não pare para ler esse e-mail hoje, mas a gente segue firme no nosso combinado: **todo dia 10 tem JuriNews** na sua caixa de entrada! E se você quiser voltar aqui segunda, tudo bem, a gente espera.

Mas que tal aproveitar esse momento tranquilo para falar de **arbitragem?** Esse tema que muitos veem como a solução mágica ✨ para acabar com todos os conflitos e com a morosidade da Justiça ...

Só que a realidade não é bem assim.

A arbitragem só vale para casos de direito patrimonial disponível. E não é só isso: o processo é sempre privado, não tem gratuidade de justiça nem isenção de taxas administrativas. Ou seja, tem custo 💎.

Talvez por isso, apenas 27% das corporações fazem com frequência previsão de foro arbitral via termo compromissório em seus contratos (sempre: 4%; na maior parte das vezes: 23%). Fonte: [Conjur](#).

Mas não é só isso: nos EUA, já se fala até em arbitragem coletiva (*Mass Arbitration*). Será que isso existe mesmo? E nos negócios internacionais, a justiça de qual país decide? Em casos com esse nível de complexidade, a arbitragem é sempre uma boa aliada.

Já deu pra ver né? Esse assunto rende muito pano pra manga 🍌.

Vamos lá!



O que você vai ver:

- **Ponto de partida:** Apenas 27% das empresas incluem cláusulas compromissórias em contratos.
- **O que escrevemos:** Arbitragem em números; Arbitragem Empresarial vale a pena?; Fenômeno do Mass Arbitration no EUA.
- **No blog:** Artigos relacionados a ADRs, aprenda!
- **Ouça:** Arbitragem como solução de litígios complexos, no Spotify.
- **Mão na massa:** Calculadora de Acordos (que tem tudo a ver com o tema)
- **Fresquinhas:** Uber no STF, pejotização em debate, lei penal sancionada e mais.

Justiça versus arbitragem em números

Afinal, quanto tempo demora um processo no Brasil?

Um estudo do Comitê Brasileiro de Arbitragem (CBAr), em parceria com a FTI Consulting analisou apenas casos envolvendo direitos patrimoniais disponíveis, ou seja, situações que poderiam ter sido resolvidas por arbitragem. Nesse contexto, o resultado entre o início do processo judicial e a primeira baixa foi de **3,5 anos**.

No mesmo estudo, o tempo médio para encerramento de processos arbitrais nas 8 maiores câmaras do país foi de **1,6 ano**.

O que explica a morosidade da Justiça?

Ainda segundo o levantamento do CBAr com FTI Consulting, na Justiça brasileira entre 2017 e 2023, foram registrados, anualmente, em média:

- 4.421 casos pendentes por magistrado;
- 1.724 decisões por magistrado, por ano;

- o que se traduz em impressionantes 6,9 decisões por magistrado por dia útil.

Em 2022, havia **40,1 mil processos em tramitação para cada 100 mil habitantes** no Brasil. Nos Estados Unidos, para efeito de comparação, a média era de 5,8 mil processos por 100 mil habitantes.

No mesmo ano, nosso país contava com **8,9 magistrados por 100 mil habitantes**. A Noruega (país europeu desenvolvido com menor número de magistrados por habitante) contava com 11 para 100 mil.

O número de advogados no Brasil também chama atenção... e pode ajudar a explicar esse cenário. No Brasil, há **77,2 advogados para cada magistrado**. Mantendo a comparação da Noruega, por lá são apenas 14,5 advogados por magistrado.

A hipótese do estudo é: **o Brasil concentra um alto volume de processos**, é um país bastante judicializado, **com baixo número de magistrados e muitos advogados por juiz**. Esse cenário sobrecarrega o Judiciário, gerando alta demanda, o que contribui diretamente para a morosidade do sistema.

Na arbitragem, a demanda é menor e, por isso, a agilidade costuma ser bem maior 🌸.



👤 Arbitragem empresarial: vale a pena?

A arbitragem não é uma prática adotada pela maioria. Já comentamos que as empresas, em geral, não costumam prever cláusulas compromissórias nos contratos e, mesmo depois da assinatura, recorrer à arbitragem ainda é exceção, não regra!

A pesquisa do Anuário da Justiça Direito Empresarial 2023 buscou entender o nível de confiança dos executivos na arbitragem. E começamos com um dado curioso: 35% preferiram não responder. Entre os que responderam, 30% disseram que arbitragem e Justiça são igualmente isentas; 21% afirmaram que a arbitragem é mais isenta; e 15% acreditam que ela é menos isenta.

E você, confiaria em um árbitro?

Apesar de parecer um processo totalmente flexível, não é terra sem lei 🗣️. Todo procedimento precisa seguir a Lei de Arbitragem

As grandes vantagens para as empresas são:

- Escolha dos árbitros;
- Confidencialidade do processo;
- Maior celeridade no processo;
- Possibilidade de árbitros especializados no tema da disputa;

Além disso, as partes continuam tendo direito à defesa por advogados durante todo o processo.

A arbitragem é muito utilizada em relações comerciais internacionais, justamente quando as partes optam por não recorrer à Justiça de nenhum dos países envolvidos.

E vale lembrar: em casos mais simples, um **bom acordo** pode resolver a situação, **sem precisar passar pela arbitragem nem pela Justiça comum**. É um meio legítimo de resolução de conflitos e, na maioria das vezes, mais econômico.



E o que é a Mass Arbitration nos EUA?

O que é mass arbitration?

É quando milhares de consumidores ou funcionários entram com arbitragens individuais, ao mesmo tempo, contra uma mesma empresa. As ações são coordenadas como se fossem parte de um único movimento, criando pressão por acordos em massa.

Casos nos EUA

Nos EUA, grandes empresas passaram a incluir cláusulas que proíbem ações coletivas (class actions) e obrigam cada pessoa a recorrer a arbitragem individual. A Suprema Corte validou isso em julgamentos como *AT&T Mobility v. Concepcion* (2011) e *Epic Systems v. Lewis* (2018). Resultado: Gigantes como DoorDash, Amazon, Uber e H&R Block enfrentaram milhares de processos simultâneos, com custos altíssimos só em taxas iniciais de arbitragem, na casa dos milhões de dólares.

Por que não é coletiva de verdade

Apesar do efeito conjunto, cada caso é tratado individualmente, com suas próprias custas e árbitro. Não existe um processo único para todos e é o volume que cria o impacto.

E no Brasil?

Por aqui, não existe arbitragem coletiva para direitos homogêneos. Além disso, cláusulas arbitrais em contratos de adesão só são válidas se o consumidor aceitar a arbitragem *após* o conflito surgir. Mesmo assim, se uma cláusula válida estiver presente em contratos de adesão firmados em massa, poderíamos ver centenas de arbitragens individuais acontecendo ao mesmo tempo, gerando um efeito massa parecido.

Fonte: [Conjur](#)

No blog tem mais. Confira!

Quer entender melhor os fundamentos da arbitragem e conhecer outras formas de ADR (Alternative Dispute Resolution) para resolver conflitos fora da Justiça tradicional? Então segue com a gente 😊

➡ A **Lei de Arbitragem (Lei 9.307/96)**, tem por finalidade regular a prática e o direito de contratar serviços de arbitragem para dirimir questões litigiosas. Criada em 1996, passou por grande reforma em 2015. Te explicamos como ela funciona [neste artigo](#).

➡ A **cláusula compromissória** é onde as partes convencionam entre si, que quaisquer litígios oriundos daquele contrato serão resolvidos por arbitragem. Aprenda os tipos e como elaborar [no blog](#).

➡ Dentro da **heterocomposição** estão todos os métodos de resolução de conflitos em que um terceiro imparcial decide a

controvérsia em substituição à vontade das partes. Conheça mais [lendo o texto completo](#).

➡ **Mediação** é o processo pelo qual se busca a resolução e pacificação de litígios, por meio da intermediação de um terceiro, não relacionado ao conflito. E quando ela cabe? [Aprenda no artigo](#).

PARA OUVIR COM CALMA 📻



Arbitragem como solução de Litígios Complexos

Como advogados e partes podem se preparar de forma eficaz para um processo arbitral complexo?

Dr. Paulo Magalhães Nasser, doutor em Direito Processual Civil e especialista em disputas judiciais e arbitrais dá dicas valiosas para atuar em arbitragens de alta complexidade!

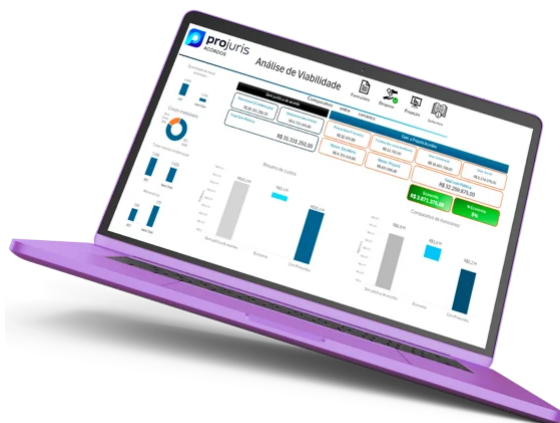
Ouçá no spotify 🎧

MÃO NA MASSA 🍷

VALE A PENA FAZER ACORDOS?

Afinal não têm só uma forma de fugir da jurisdição, falamos de arbitragem, mas vários casos são passíveis de acordos que valem sim muito a pena! 🥳

Baixe a Calculadora de Acordos 2025 e calcule com as suas informações, baseada em dados de mercado se no seu caso é vantajoso fechar acordo.



Acesse e calcule grátis!

Fresquinhas

- Uber pede que STF suspenda ações de vínculo com aplicativos de transporte
- Juiz não deve mudar multa por descumprimento que já incidiu
- Procurador diz que "pejotização" é forma de burlar legislação
- Lei amplia pena por crimes contra juízes, membros do MP e da Defensoria

Para finalizar, preciso te dizer que a **JurisNews** não tem objetivo de te vender nada.

Mas você sempre pode testar qualquer um dos **nossos softwares**, sem compromisso:



Para departamentos jurídicos



Para escritórios de advocacia

AGENDAR DEMO

EXPERIMENTAR

Aqui, todo dia 10 do mês, você receberá em seu e-mail uma curadoria com conteúdos e insights do universo jurídico! Artigos, podcasts, materiais, e muito mais.

Caso não a encontre em sua caixa de entrada, confira sua caixa de spam ou a aba de "promoções".

" A política da conciliação não pode ser senão a de transição. "

– Joaquim Nabuco



Tiago Fachini

Gerente de Marketing na Projuris.

⚖️ Continue conectado com a gente! ⚖️



Projuris, Rua Expedicionario Holz, Joinville, Santa Catarina, Brasil

[Cancelar assinatura](#) [Gerenciar preferências](#)

by **softplan**